

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO SF



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCR ALTO SF
VIDEOCONFERÊNCIA
11 DE SETEMBRO DE 2024

1 Aos dias 11 (onze) de setembro de 2024, às 9h00, reuniram-se os membros da Câmara Consultiva Regional do Alto São
2 Francisco (CCR Alto SF) em videoconferência. **Participaram os seguintes representantes titulares:** Adson Roberto Ribeiro
3 – Associação de Produtores Rurais e Irrigantes do Noroeste de Minas Gerais - Irriganor; Vilma Martins Veloso – Federação
4 dos Pescadores Artesanais e Aquicultores de Minas Gerais – FEPAMG; Altino Rodrigues Neto – Associação de
5 Desenvolvimento Artes e Ofícios - ADAO; José Valter Alves – Associação Comunitária de Estiva II; Poliana Aparecida Valgas
6 de Carvalho – CBH Rio das Velhas-SF5; André Horta – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
7 (ABES/MG); Winston Caetano de Souza – Prefeitura Municipal de Paraopeba/MG; Roberto Carlos Rodrigues da Silva –
8 CBH Entorno da Represa de Três Marias; Flávio Pimenta de Figueiredo – CBH Afluentes Mineiros do Rio Verde Grande
9 (SF10); Edvaldo Campos Matos – CBH dos Rios Jequitá e Pacuí-SF6; Heloísa Cristina França Cavallieri - Serviço Autônomo
10 de Água e Esgoto de Itabirito - SAAE Itabirito; Túlio Pereira de Sá - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais –
11 FIEMG; Ronald de Carvalho Guerra - Associação Quadrilátero das Águas - AQUA; Gustavo Antonio Carneiro - Agência
12 Reguladora de Água, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA/DF; Flávio Andreote dos Santos - CBH
13 Afluentes do Alto São Francisco SF1; Tobias Tiago Pinto Vieira - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu – SF7 e Rio
14 Uruçuia - SF8 **Participaram os seguintes representantes suplentes:** Josias Gomes Ribeiro Filho – Conselho Regional de
15 Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/MG; Débora Emília da Silva – CBH Afluentes do Alto São Francisco SF1; Thaís
16 Nascimento Ferreira – Associação da Bacia do São Pedro; William Cesar Ireno - CBH dos Rios Jequitá e Pacuí - SF6;
17 Francisco de Assis Gonzaga da Silva - Prefeitura Municipal de Ouro Preto/MG; Thiago Figueiredo Santa - Instituto Mineiro
18 de Gestão das Águas – IGAM. **Participaram também:** Sâmela Ingrid Bitencourt, Rhuanna Barbosa Oliveira, João Paulo
19 Coimbra, Jacqueline Evangelista, Gislane Eugênio como representantes da Agência Peixe Vivo (APV); Viviane dos Santos
20 Brandão – Agência Nacional de Águas; Heleno Maia – CBH Paraopeba; Nísio Miranda (*convidado*); Adaiane Pereira de
21 Souza (*convidado*); João Alves – Tanto (*comunicação*). **Item 1. Abertura e verificação de quórum.** Constatado a existência
22 de quórum, o Coordenador Altino Rodrigues dá início à reunião. **Item 2. Leitura e aprovação da ata da reunião realizada**
23 **em 24 de abril de 2024.** A analista da Gerência de Integração da Agência Peixe Vivo, Sâmela Bitencourt, projeta a ata da
24 última reunião. Altino Rodrigues dá continuidade e afirma que todos já receberam a ata por e-mail. Ele pergunta se há
25 alguma contribuição em relação à última reunião, não havendo contribuições, ele coloca a ata em votação. Heleno Maia
26 e Tobias Vieira pedem para registre abstenção de voto visto que não participaram na última reunião. Sem mais
27 manifestações, considera a ata da reunião de 24 de abril de 2024 aprovada. **Item 3. Projetos na região do Alto SF –**
28 **Jacqueline Evangelista.** Altino Rodrigues pede que a Jacqueline Evangelista se apresente como a nova responsável interina
29 pela Gerência de Projetos da APV e deseja-lhe sucesso no novo cargo. Jacqueline Evangelista agradece e continua sua
30 apresentação. Em seguida, André Horta pede a palavra e cumprimenta os presentes. Altino Rodrigues consulta os demais
31 membros e, sem objeções, concede a palavra a ele. André Horta explica que, embora tenha sido membro do Comitê do
32 Rio São Francisco, ele foi recentemente aprovado para a vaga de Gerente de Gestão Estratégica na Agência Peixe Vivo, o
33 que o impede de continuar no comitê. Ele informa que José Nelson, um engenheiro experiente e ativo em outros Comitês,
34 o substituiu como representante da Sociedade Civil. Ele agradece a todos pelo tempo que atuou no comitê e anuncia que
35 agora trabalhará ao lado da equipe da Peixe Vivo. Altino Rodrigues agradece a contribuição e passa a palavra para Ronald
36 Guerra o qual sugere que o coordenador faça um breve relato sobre as transições, incluindo a nomeação de Rúbia Mansur

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO SF



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCR ALTO SF
VIDEOCONFERÊNCIA
11 DE SETEMBRO DE 2024

37 como Diretora Geral. Ronald Guerra acredita que essa informação deve constar em ata, já que nem todos estão cientes
38 do processo. Altino Rodrigues confirma que pretendia abordar o assunto nos "assuntos gerais", mas antecipa-se e
39 aproveita o momento para agradecer a André Horta pela dedicação ao longo de sua participação no Comitê. Ele deseja
40 sucesso em sua nova função na Peixe Vivo, destacando a importância da competência de André Horta após um rigoroso
41 processo seletivo. Em seguida, o coordenador faz elogios a Jacqueline Evangelista, que já acompanha o comitê há bastante
42 tempo e demonstrou empenho e competência na gerência de projetos, desejando-lhe também sucesso em sua nova
43 função. Ele destaca que, após a saída de Elba Alves, Rúbia Mansur assumiu interinamente a diretoria da Peixe Vivo e, após
44 discussões com o conselho deliberativo, os Comitês Afluentes e a Agência Nacional de Águas, ela foi indicada como a nova
45 Diretora Geral da Peixe Vivo, devido à coesão que trouxe à equipe e sua experiência. Altino Rodrigues reforça a
46 importância da parceria entre o Comitê e a Agência, mencionando que o Contrato de Gestão do São Francisco mudou e
47 o Comitê deixou de ser interveniente para ser apenas anuente. Ele ressalta que essa parceria é essencial para o sucesso
48 dos trabalhos, e promete, ao final da apresentação dos projetos, fazer um balanço sobre o andamento e as articulações
49 do Comitê. Sâmela Ingrid Bitencourt aproveita a oportunidade para justificar a ausência de Rúbia Mansur, explicando que
50 ela está em viagem para participar da abertura de um novo escritório na região do Submédio São Francisco e, por esse
51 motivo, não pôde estar presente na reunião. Em seguida, o coordenador complementa destacando que a saída de Célia
52 Fróes havia gerado um momento conturbado na APV, causando certa tensão. Contudo, o Conselho de Administração da
53 APV, com sabedoria e serenidade, conduziu um processo de escuta que levou à solução atual. Por fim, o coordenador
54 parabeniza a APV e deseja sucesso a todos, concluindo que, não havendo mais contribuições, Jacqueline Evangelista pode
55 iniciar sua apresentação. Com a palavra, Jacqueline Evangelista cumprimenta novamente todos os presentes, agradece a
56 oportunidade e destaca colegas como André, Débora e Dirceu, com quem já trabalhou no projeto de enquadramento do
57 São Francisco. Ela agradece a Altino Rodrigues pelo voto de confiança e compartilha que trabalha na Agência Peixe Vivo
58 desde 2015, atuando como Coordenadora Técnica por quase 10 anos. Agora, ela está interinamente a Gerência de
59 Projetos, uma oportunidade que lhe foi dada com base no reconhecimento de seu trabalho. A Gerente Interina explica
60 que sua interinidade, inicialmente prevista para 60 dias, foi prorrogada até 31 de dezembro de 2024, e posteriormente
61 será realizado um processo interno, algo que valoriza o corpo técnico da Agência. Ela comenta que está gostando da
62 experiência, apesar dos novos desafios, e elogia a equipe da Peixe Vivo, destacando que todos vestem a camisa e
63 trabalham com dedicação, o que está ajudando a superar o período de transição com sucesso. Em relação à Gerência de
64 Projetos, ela menciona que seu antecessor, Thiago Campos, deixou um trabalho muito bem-organizado, e que seu objetivo
65 agora é dar continuidade e aprimorar o que for necessário. Ela ressalta a importância do trabalho em conjunto, sem
66 distinções, entre os membros do comitê e a equipe da Agência. Para a apresentação, Jacqueline pede o apoio de João
67 Paulo, um dos Coordenadores Técnicos. Ela explica que a apresentação será baseada no Report São Francisco, uma
68 inovação que busca trazer informações claras e visuais agradáveis sobre o andamento dos projetos. O objetivo é manter
69 a regularidade desse Report, seja mensal ou bimestral, para que o Comitê possa acompanhar a execução dos projetos de
70 forma mais acessível. Ela ressalta que o documento cobre as quatro regiões da bacia e os projetos que abrangem a bacia
71 como um todo. Hoje, a apresentação se concentrará nos projetos do Alto São Francisco. Ela passa a palavra para João
72 Paulo, que conduzirá a apresentação, e se coloca à disposição para qualquer dúvida ou suporte adicional. João Paulo

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO SF



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCR ALTO SF
VIDEOCONFERÊNCIA
11 DE SETEMBRO DE 2024

73 Paulino Coimbra começa sua apresentação, mencionando que ele é Coordenador Técnico na APV sob a supervisão de
74 Jacqueline e explica que a apresentação será focada nos projetos relacionados à região do Alto São Francisco, e já foram
75 atualizados até a data presente. Ele destaca que abordará tanto os projetos que abrangem toda a Bacia do São Francisco
76 quanto aqueles específicos do Alto São Francisco. João Paulo menciona, por exemplo, o programa de comunicação
77 coordenado por Daniel Brito, apresentando informações sobre o valor global, o cronograma e as próximas etapas. Além
78 disso, ele fala sobre o projeto de Capacitação para o Manejo da Irrigação, coordenado por Manoel Vieira, que está em
79 sua terceira fase e já foi 100% executado. Altino Rodrigues interrompe para perguntar sobre os municípios atendidos no
80 projeto de capacitação de irrigantes. João Paulo informa que não tem essa informação no momento, mas Jacqueline
81 Evangelista se compromete a verificar com Manoel Vieira. Altino Rodrigues contribui com a informação, esclarecendo que
82 as capacitações ocorreram primeiramente na Bacia do Velhas, em Caeté, e depois no norte de Minas, priorizando áreas
83 críticas para conservação de água. Ele explica que, no ano anterior, as capacitações aconteceram em Bocaiúva e
84 Buritizeiro, enquanto neste ano foram realizadas em Nova Porteirinha e Jaíba. João Paulo continua a apresentação
85 mencionando a contratação da empresa HidroBR para gerenciar os projetos de saneamento rural em toda a Bacia do São
86 Francisco, incluindo os municípios da região do Alto São Francisco. Ele explica que a gerenciadora será responsável por
87 apoiar na fiscalização e monitoramento dos projetos, garantindo sua conformidade. Altino Rodrigues complementa
88 destacando que embora o valor da contratação da gerenciadora seja de mais de R\$ 1,7 milhão isso representa uma
89 pequena fração dentro de um pacote geral de aproximadamente R\$ 28 milhões para saneamento rural. Ele enfatiza a
90 importância da Gerenciadora em agilizar o processo de fiscalização, que no passado enfrentou desafios devido à
91 fiscalização insuficiente, resultando em problemas na execução de alguns projetos. A contratação da gerenciadora alivia
92 a carga sobre a equipe da Agência Peixe Vivo, permitindo-lhes focar em outras frentes de trabalho. Jacqueline Evangelista
93 complementa, reiterando a importância da Gerenciadora para viabilizar a fiscalização de uma grande quantidade de
94 projetos. Ela destaca que o corpo técnico da Agência Peixe Vivo não conseguiria acompanhar todas as obras sem esse
95 suporte. Embora alguns contratos possam ter problemas, a maioria flui bem, e a contratação de empresas de fiscalização
96 tem sido uma estratégia eficaz para garantir uma fiscalização mais eficiente. João Paulo continua sua apresentação,
97 destacando a próxima implementação de dois importantes projetos: o Programa de Educação Ambiental da bacia
98 hidrográfica do Rio São Francisco e a Mobilização Social para apoio à realização do processo eleitoral do CBHSF, ambos já
99 em andamento para contratação. Jacqueline Evangelista faz uma adição, informando que a atualização da base de dados
100 do plano de recursos hídricos da bacia do São Francisco e a reavaliação do programa de ações também estão em vias de
101 licitação. Este processo é vital para a gestão da bacia e deve ser iniciado em breve. João Paulo se compromete a atualizar
102 o material com essas informações e encaminhá-lo à Sâmela Bitencourt para divulgação. João Paulo é o fiscal técnico
103 responsável pelo contrato de enquadramento das bacias do Rio das Velhas e Jequitaiá-Pacuí. O contrato, que envolve uma
104 única empresa para a condução das propostas de enquadramento das regiões SF5 e SF6, está atualmente na etapa de
105 propostas de metas. As duas bacias estão no mesmo estágio de desenvolvimento. Para o Jequitaiá-Pacuí, já houve
106 audiência pública sobre a etapa de propostas de metas, enquanto no Rio das Velhas a audiência está agendada para os
107 dias 15, 16 e 17 de outubro. O processo segue com a consulta pública e, além disso, está sendo elaborada uma proposta
108 para a implementação de um programa de monitoramento de águas subterrâneas. Esse monitoramento visa subsidiar o

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO SF



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCR ALTO SF
VIDEOCONFERÊNCIA
11 DE SETEMBRO DE 2024

109 futuro enquadramento das águas subterrâneas. O processo é acompanhado de perto pelo fiscal Pedro Lucas, que possui
110 qualificações técnicas avançadas e apoia João Paulo na análise e acompanhamento dos produtos. Outro contrato em que
111 João atua como fiscal é o enquadramento da bacia do Rio Verde Grande, que cobre a circunscrição hidrográfica SF4 e a
112 região de planejamento RP25 da Bahia. Esse enquadramento conta com a participação de representantes da Bahia, do
113 INEMA e do Comitê do Verde Grande. Até o momento, a empresa MG Corps entregou o plano de trabalho. O fiscal André
114 Luiz Bonacin será responsável pelo acompanhamento técnico a partir da entrega do diagnóstico. Além desses projetos, o
115 município de Jaíba está sendo contemplado com soluções individuais de tratamento de efluentes domésticos no âmbito
116 do programa de saneamento rural. A empresa Joamar foi contratada para realizar as obras, que já passaram pela primeira
117 medição, e a segunda está programada para setembro, com valor estimado de R\$100.000. A comunidade de Tamboril,
118 em Jaíba, está entre as beneficiadas, com 25 propriedades cadastradas no programa. Em Várzea da Conceição, município
119 de Mamonas, também no programa de saneamento rural, a empresa Joamar está envolvida em um contrato semelhante,
120 com a segunda medição prevista para setembro no valor de R\$100.000, cobrindo 66 propriedades. No município de Passa
121 Tempo, a comunidade Cachoeira dos Forros está sendo atendida pela empresa Mais Ambiente, com a primeira medição
122 prevista para setembro, no valor estimado de R\$60.000, envolvendo 103 propriedades. Por fim, João Paulo passa a palavra
123 para Jacqueline Evangelista, que detalhará os projetos sob sua supervisão. Jacqueline Evangelista comenta sobre os
124 projetos relacionados ao edital de esgotamento sanitário, aberto em 2022, com resultados divulgados em 2023. Dos oito
125 municípios selecionados, seis estão na região do Alto São Francisco. Quatro desses municípios firmaram contratos de
126 financiamento a fundo perdido em 2023, enquanto os outros dois, localizados na Bahia (Correntinha e Cardoso),
127 assinaram contratos no primeiro semestre de 2024. O município de Jequitibá está mais adiantado no processo. Ela
128 menciona que o valor global do contrato já foi transferido para uma conta específica aberta pelo município para a
129 execução das obras, conforme previsto no contrato. Além disso, a Caixa Econômica Federal está prestando assessoria para
130 esses projetos. A Gerente destaca o andamento de diversos projetos referentes ao edital de esgotamento sanitário aberto
131 em 2022, com a maioria dos municípios localizados na região do Alto São Francisco. Ela explicou que a Caixa Econômica
132 Federal está acompanhando a execução das obras, verificando processos de licitação e outros serviços essenciais. O
133 município de Jequitibá está mais avançado, com o valor total do contrato em torno de R\$ 5,2 milhões, sendo R\$ 318 mil
134 de contrapartida da prefeitura. O comitê financiou cerca de R\$ 4,9 milhões. A licitação foi feita pela prefeitura e a empresa
135 contratada, Dact Engenharia, já realizou duas medições da obra. A terceira medição está prevista para 20 de setembro de
136 2024. Em Joaquim Felício, ainda existem pendências no projeto, especialmente quanto à titularidade das áreas e ao
137 licenciamento. O valor previsto para a execução da obra é de aproximadamente R\$ 7 milhões. O município está ajustando
138 os pontos necessários indicados pela Caixa para avançar com a licitação. O município de Bambuí já teve o projeto
139 aprovado pela CEF e está aguardando o término do período eleitoral para iniciar a licitação. O orçamento para o sistema
140 de esgotamento sanitário é de R\$ 14 milhões, com uma contrapartida de R\$ 500 mil da prefeitura. Em Unaí, o projeto de
141 engenharia está aprovado, mas há pendências relacionadas ao licenciamento ambiental, o que tem atrasado o início da
142 licitação. Por fim, o município de Passa Tempo também enfrenta dificuldades para aprovar o projeto junto à Caixa devido
143 a questões de engenharia e a pendências de autorização de corte de árvores pela Semad e o IEF. O projeto tem valor
144 estimado em R\$ 5,7 milhões, com R\$ 168 mil de contrapartida da prefeitura. Jacqueline Evangelista destaca Jequitibá e

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO SF



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCR ALTO SF
VIDEOCONFERÊNCIA
11 DE SETEMBRO DE 2024

145 Bambuí como os municípios com o processo mais avançado. Em seguida, João Paulo Paulino Coimbra menciona os
146 projetos acompanhados por Thiago Lana, que está à disposição para fornecer mais detalhes, se necessário. Um dos
147 principais projetos é o programa de aquisição de insumos para tubulação dos canais de irrigação na bacia do Rio Preto,
148 em parceria com a ADASA. A empresa contratada para esse projeto é a Decks, e o desembolso financeiro evoluiu
149 significativamente em agosto, faltando apenas uma última medição e a entrega dos tubos restantes. Altino Rodrigues
150 interrompe para afirmar a importância do projeto, convidando Gustavo Antonio Carneiro, da ADASA, a comentar. Gustavo
151 Carneiro explica que o projeto surgiu após mais de um ano de negociação. No Distrito Federal, a Secretaria de Agricultura
152 havia identificado a necessidade de modernizar os canais rudimentares usados para irrigação na bacia do Rio Preto, um
153 afluente do Paracatu, que sofre com perdas significativas de água devido à evaporação, infiltração e falta de controle na
154 derivação da água dos rios. Ele destaca que esses canais são fundamentais para pequenos e médios produtores, mas são
155 muito ineficientes. Com a parceria estabelecida entre o Comitê, a Agência Peixe Vivo e a Secretaria de Agricultura do DF,
156 a aquisição dos materiais para a tubulação foi feita rapidamente, com o trabalho de Thiago Lana. A locação dos materiais
157 já começou substituindo os canais rudimentares por tubulações LA-12, o que pode servir como um modelo para outras
158 áreas. Essa intervenção rápida ajuda a recuperar grandes volumes de água, anteriormente perdidos devido à ineficiência
159 do sistema de canais. Ele também se coloca à disposição para mais esclarecimentos sobre o projeto. Altino Rodrigues
160 expressa sua gratidão a Gustavo Carneiro e destaca a importância das parcerias que viabilizam projetos relevantes como
161 o da bacia do Rio Preto. Ele ressalta que o sucesso do projeto está ligado ao alinhamento das questões sociais, ambientais
162 e econômicas, beneficiando a agricultura familiar, preservando a vazão ecológica dos rios e assegurando a viabilidade
163 econômica da produção local. A parceria entre ADASA, Seagri e o Comitê foi apontada como um exemplo de gestão
164 eficiente dos recursos hídricos. Em seguida, Poliana Valgas fala sobre o projeto de saneamento no município de Jequitibá,
165 onde atua. Ela enfatiza a importância dessa obra, financiada com recursos do Comitê do São Francisco, para o município,
166 a bacia do Rio das Velhas e, conseqüentemente, para o São Francisco. Ela destaca que, em cerca de 10 meses, o município
167 terá 100% do esgoto tratado, um marco importante para a cidade e elogia a condução sensível e eficiente da gerência de
168 projetos, ressaltando que estão muito satisfeitos com o andamento das obras. Altino Rodrigues agradece Poliana Valgas
169 e relembra sua visita ao local e mencionando o impacto positivo que a coleta e o tratamento de esgoto terão na bacia do
170 Rio das Velhas, eliminando o despejo de esgoto não tratado no rio. Ele também elogia a priorização do saneamento pelo
171 prefeito, mencionando outras ações, como a coleta de resíduos sólidos e a água de chuva, que ajudam a prevenir
172 inundações no município. Francisco de Assis pede a palavra e elogia o trabalho da Agência Peixe Vivo e dos Comitês. Ele
173 ressalta que essas parcerias, como as realizadas entre São Francisco e Velhas, são fundamentais para projetos de
174 saneamento e enfrentamento das críticas relacionadas à gestão de recursos. Além disso, reforça que a preocupação
175 principal deve ser a qualidade das águas, e que as ações desenvolvidas estão alinhadas com o Plano Diretor de Bacia e
176 são estratégicas para a preservação ambiental. Na sequência, João Paulo Paulino Coimbra dá continuidade ao tema,
177 mencionando outro projeto coordenado por Thiago Lana no contexto da ADASA, referente à aquisição de insumos para
178 o controle da vazão dos canais revestidos e reservatórios escavados na bacia do Rio Preto. Thiago Lana detalha o
179 cronograma das entregas e o processo de aprovação dos materiais, informando que a aplicação dos kits de revestimento
180 será realizada ao longo de dois anos. Gustavo Antonio Carneiro complementa esclarecendo a função dos tanques de lona

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO SF



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCR ALTO SF
VIDEOCONFERÊNCIA
11 DE SETEMBRO DE 2024

181 no projeto. Esses tanques têm um papel essencial no controle de irrigação, especialmente durante os períodos de
182 estiagem no Distrito Federal. Ele menciona que os reservatórios, escavados fora do leito dos rios, permitem que os
183 irrigantes encham os tanques nos dias em que têm permissão para captar água e utilizem essa reserva durante os dias
184 em que há restrição de uso da água. Isso garante a continuidade da produção agrícola e minimiza os impactos econômicos
185 para os agricultores. Ele também destacou que o projeto dos tanques complementa o de tubulação dos canais, sendo
186 uma solução integrada que melhora a eficiência do uso da água. A alocação negociada do uso da água durante a estiagem
187 é uma medida necessária, já que, em alguns meses, a demanda hídrica excede a capacidade do rio, o que obriga a gestão
188 rigorosa dos recursos hídricos, respeitando a vazão ecológica. Com a palavra, José Valter questiona sobre o funcionamento
189 dos tanques, sua utilidade e se o projeto envolve agricultores familiares ou empresas. Ele menciona um exemplo de uso
190 de tanques similares na região de Cabral, no norte de Minas, onde a água é reservada no período das águas para uso
191 durante a seca. Gustavo Carneiro responde que os tanques têm a função de salvamento, especialmente em bacias com
192 outorga sazonal. Explica que, no Distrito Federal, a outorga é variável mês a mês e que, em bacias mais críticas, como a
193 do Rio Preto, o somatório das outorgas supera a disponibilidade de água. Isso exige que o uso da água seja dividido em
194 grupos, que captam água em dias alternados, tornando o uso dos tanques essencial para armazenar água para os dias de
195 restrição. Em sua fala, dele estaca que o projeto dos tanques pulmão, voltado principalmente para pequenos agricultores,
196 como os de hortifruti, permite uma irrigação mais eficiente durante os períodos de estiagem, em que o uso da água é
197 restrito. A alocação negociada permite que os agricultores encham seus tanques nos dias de permissão, assegurando que
198 possam manter a irrigação mesmo quando não puderem captar diretamente do rio. Ele também menciona que os tanques
199 não precisam ser grandes para atender às necessidades diárias dessas culturas. Na sequência, João Paulo menciona um
200 novo projeto que está em fase inicial, com fiscalização de Paulo Sérgio. O projeto envolve as PIPs (Projetos Individuais por
201 Propriedade), ligados ao programa de conservação ambiental e produção de água. Ele menciona que a empresa
202 contratada, Embaúba, já iniciou as reuniões de alinhamento, com a assinatura da ordem de serviço ocorrendo no final de
203 agosto. Em seguida, Altino Rodrigues deu início à discussão sobre o projeto em Caetanópolis e Paraopeba, destacando a
204 escolha da comunidade da Pontinha, que é quilombola, como um dos locais para o trabalho. Ele menciona que haveria
205 uma reunião naquela tarde com representantes locais, incluindo a prefeitura e outros atores da comunidade. Ele também
206 fez referência à importância da região do Parque do Peruaçu, que tem enfrentado severos problemas devido a queimadas
207 e que agora é reconhecida como patrimônio natural da humanidade pela UNESCO e ressalta a necessidade de ações para
208 proteger essa área e seu impacto na bacia do São Francisco. Paulo Sérgio complementa falando sobre a visibilidade que
209 a região tem recebido, incluindo cenas de uma novela gravada nas cavernas do Peruaçu. Ele destaca que, apesar das
210 queimadas, o projeto chegará em um momento crucial de necessidade de apoio para a região e que as primeiras fases do
211 projeto incluirão levantamentos primários e secundários. Posteriormente, João Paulo aborda o próximo contrato
212 referente ao enquadramento das bacias hidrográficas dos rios Paracatu, Urucuia e Carinhanha, que abrange uma vasta
213 área. Ele destaca que essa ação é parte do plano de recursos hídricos e visa completar o enquadramento da região,
214 mencionando também a inclusão de porções da Bahia e Goiás no processo. A contratação envolve múltiplos órgãos
215 gestores, e ele indica que haverá um grupo de acompanhamento para garantir a participação dos comitês. João Paulo
216 finaliza sua fala agradecendo a todos pela participação e se coloca à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas. Em

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO SF



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCR ALTO SF
VIDEOCONFERÊNCIA
11 DE SETEMBRO DE 2024

217 seguida, Gustavo Carneiro faz um esclarecimento sobre o estudo de enquadramento realizado pelo Distrito Federal, que
218 já foi aprovado em 2014. Ele sugere que a ADASA participe das discussões para alinhar informações e garantir que o
219 enquadramento dos afluentes esteja em consonância com a bacia federal. Por fim, se coloca à disposição para ajudar na
220 atualização e colaboração nesse processo. João Paulo afirma que a parceria com a ADASA será essencial para o
221 enquadramento, especialmente porque a região inclui trechos federais, como o Rio Preto e o convida a indicar um
222 representante da ADASA para participar do grupo de acompanhamento. Posteriormente, Tobias Vieira expressa sua
223 gratidão pela apresentação e destaca a importância da atualização do plano de bacia para o Comitê do Paracatu e Uruçuaia.
224 Ele menciona que o novo Comitê já está em funcionamento, com a criação de câmaras consultivas para aumentar a
225 representatividade e enfatiza a necessidade de um cronograma claro para a atualização do plano de bacia. Ele encerra
226 sua fala reforçando a disposição do Comitê em colaborar e avançar na gestão dos recursos hídricos, dada a demanda
227 significativa da região. João Paulo comenta sobre a importância do TDR (Termo de Referência) e se oferece para realizar
228 uma reunião para apresentá-lo assim que fosse publicado. Ele afirma que a expectativa é que a contratação da empresa
229 responsável comece em janeiro do próximo ano. Durante esse período, a troca de informações pode ser feita para facilitar
230 o planejamento das visitas aos municípios e pontos estratégicos a serem visitados pela equipe contratada. Tobias Vieira
231 agradece e reitera a importância de manterem uma comunicação aberta e constante para avançar na atualização do plano
232 de bacia. Altino Rodrigues destaca a importância da mobilização dos atores locais na coleta de dados secundários para o
233 enquadramento, enfatizando que o desafio de envolver a comunidade é fundamental para obter contribuições
234 significativas durante o diagnóstico. João Paulo novamente agradece a participação e deseja uma boa reunião a todos.

235 **Item 4. Apresentação ANA sobre Resolução que dispõe sobre o Automonitoramento (Superintendência de Fiscalização)**
236 **– Viviane Brandão.** Com a palavra, Viviane Brandão, superintendente de fiscalização da ANA, agradece a oportunidade e
237 reforça a importância do contato próximo entre a ANA, o comitê e os usuários de recursos hídricos, especialmente
238 considerando a limitação da equipe de fiscalização da ANA, que conta com menos de 40 pessoas. Ela inicia sua
239 apresentação explicando detalhadamente a importância do automonitoramento na fiscalização da ANA. Ela destaca que
240 essa ferramenta evoluiu ao longo dos anos e é fundamental para garantir uma gestão eficiente dos recursos hídricos no
241 Brasil. Ela contextualiza a atuação da ANA desde sua criação em 2000, enfatizando o desafio de monitorar os diversos rios
242 sob domínio da União em todo o país, o que exige a combinação de ações de campo e mecanismos regulatórios. A
243 superintendência de fiscalização foi recriada em 2011, permitindo um foco mais intensivo em monitoramento e
244 acompanhamento das atividades relacionadas ao uso da água. Viviane também menciona a Declaração Anual do Uso de
245 Recursos Hídricos (DAURH), explicando que ela funciona como uma espécie de "imposto de renda da água." Os usuários
246 de recursos hídricos são obrigados a reportar anualmente o volume de água utilizado, o que é crucial para a fiscalização
247 e também para o cálculo da cobrança na bacia do São Francisco. Viviane ressalta que, por meio do automonitoramento e
248 das ações de fiscalização, a ANA busca garantir uma gestão hídrica responsável e sustentável, ajudando a minimizar
249 conflitos de uso e promovendo o uso consciente da água. Em seguida, ela detalha a evolução e os avanços no
250 automonitoramento do uso da água pela ANA, especialmente em resposta à crise hídrica que afetou o Brasil entre 2013
251 e 2018. A partir de 2013, a ANA foi forçada a adotar medidas de modernização, como o uso de imagens de satélite para
252 identificar usos irregulares da água, especialmente em bacias críticas. Isso incluiu um aumento na frequência do

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO SF

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCR ALTO SF
VIDEOCONFERÊNCIA
11 DE SETEMBRO DE 2024



253 automonitoramento, que é essencial para avaliar o quanto os usuários estão captando ao longo do ano. Durante a crise,
254 a ANA contratou empresas para realizar monitoramento de campo, servindo como "olhos" da agência nos estados. Entre
255 2016 e 2018, a ANA começou a diversificar suas estratégias de fiscalização, integrando novas tecnologias, especialmente
256 tecnologias de monitoramento remoto. A partir de 2020, a agência lançou um aplicativo chamado "Declarar Água",
257 permitindo que os usuários informassem leituras de hidrômetros e outros equipamentos de monitoramento. Isso facilita
258 o cálculo do uso de água de forma mais precisa e eficiente. Em 2023, a ANA iniciou parcerias com o INPE e o IPh para
259 desenvolver um sistema automático de monitoramento de áreas irrigadas, utilizando imagens de satélite, o que
260 aumentará a eficiência na identificação e estimativa do consumo de água. Ela finaliza explicando que o
261 automonitoramento é essencialmente o monitoramento quantitativo do uso da água, uma ferramenta fundamental para
262 garantir que os usuários cumpram as regulamentações e para a gestão sustentável dos recursos hídricos. Viviane
263 prosseguiu sua apresentação detalhando mais sobre o automonitoramento do uso da água e as recentes atualizações
264 normativas da ANA. O automonitoramento envolve o monitoramento quantitativo do uso da água por usuários regulados
265 pela ANA. inclui ações como medição, registro, armazenamento, processamento e transmissão de dados, culminando na
266 análise desses dados pela agência. O principal objetivo é entender o uso real da água para uma gestão mais eficiente e
267 sustentável dos recursos hídricos. Permite à ANA verificar se os outorgados estão cumprindo os termos de outorga.
268 Viviane enfatiza a importância do automonitoramento como uma ferramenta crucial para a gestão hídrica no Brasil. A
269 evolução das normas e a introdução de novas tecnologias são passos significativos para enfrentar os desafios relacionados
270 à escassez de água e garantir um uso mais sustentável dos recursos hídricos. Atualmente, com o novo regulamento, há a
271 ampliação do automonitoramento para todo o território nacional, ao contrário do que ocorria anteriormente, que era
272 restrito a algumas bacias específicas, como o São Francisco e o Verde Grande. Agora, todos os usuários precisam
273 monitorar o lançamento de efluentes, reportando não apenas o volume, mas também as cargas de poluentes, como DBO
274 e fósforo. Por fim, Viviane se disponibiliza para responder a perguntas e esclarecer quaisquer dúvidas que os participantes
275 possam ter. Altino Rodrigues traz à tona a questão da inadimplência, que pode comprometer a eficácia do monitoramento
276 e a gestão dos recursos hídricos. Ele sugere que a criação de um grupo de trabalho poderia ser uma solução para abordar
277 as seguintes questões: Trabalhar em conjunto para aumentar a conscientização sobre a necessidade de cumprir a
278 normativa. Desenvolver estratégias que fortaleçam a fiscalização dos usuários, garantindo o cumprimento das exigências.
279 Oferecer apoio e informações para os usuários que enfrentam dificuldades em atender às exigências da normativa. Em
280 seguida, Daiane Pereira de Souza faz algumas considerações e questionamentos sobre a implementação da telemetria
281 para a captação de água na usina, localizada na bacia do Rio Preto. Segundo ela, a AB Vapor possui quatro captações que
282 somam mais de 4.000 m³ por hora, o que a enquadra nos critérios de telemetria estabelecidos pela ANA. A principal
283 dificuldade enfrentada pela AB Vapor é encontrar empresas com expertise que possam realizar a transmissão dos dados
284 de captação diretamente para o sistema da ANA. Embora já tenham medidores de vazão instalados, há um desafio em
285 ajustar os ranges dos medidores e garantir a transmissão efetiva dos dados. A empresa já trabalha com o sistema do IGAM
286 e busca expandir a transmissão para o sistema da ANA. Ela pergunta se existem outras outorgadas que já realizam essas
287 atividades de transmissão de dados e se a ANA tem empresas homologadas que possam servir de referência. Viviane
288 menciona que há uma empresa, chamada Caliandra, que já realiza a transmissão dos dados para o sistema da ANA na

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO SF



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCR ALTO SF
VIDEOCONFERÊNCIA
11 DE SETEMBRO DE 2024

289 região do Itaquiari e Carinha. Além disso, ela se compromete a fornecer uma lista de empresas que prestam esse serviço,
290 com base nas informações obtidas de Marcelo da Fonseca, diretor do IGAM. Ela enfatiza que a transmissão de dados não
291 é um processo complicado, especialmente para quem tem experiência e conhecimento técnico. Altino Rodrigues sugere
292 que a lista de empresas seja compartilhada com os conselheiros através de uma circular ou no grupo, facilitando o acesso
293 a todos os usuários. Altino Rodrigues agradece a Viviane pelas informações e abre a palavra para Adson Ribeiro, que se
294 apresenta como representante dos usuários de irrigação na região noroeste. Ele menciona que muitos usuários estão
295 adotando práticas de monitoramento e expressa a importância desse processo, além disso, fala sobre a utilização da curva
296 chave da bomba e do horímetro como forma de medição diária, explicando que ele cria uma planilha para informar
297 anualmente na declaração de uso da água (DAUR). Ele pergunta como essas informações podem ser divulgadas para os
298 usuários. Viviane Brandão responde que o método que ele descreve é aceitável, desde que os usuários não se enquadrem
299 nas obrigações de telemetria. Ela então explica os limites para monitoramento na calha do São Francisco e no Rio Preto.
300 Para captações na calha do São Francisco, aqueles com volume superior a 2000 m³/hora são obrigados a realizar o
301 monitoramento, enquanto para a telemetria, o limite é de 4000 m³/hora. No Rio Preto, o limite para telemetria é o mesmo,
302 mas para monitoramento é de 1000 m³/hora. Adson Ribeiro confirma que entendeu, destacando que, no caso de
303 captações abaixo desses limites, não é necessário realizar monitoramento, exceto se o usuário optar por fazê-lo. Ela
304 ressalta a importância de que os usuários que realizam a declaração de uso da água façam a DAUR para que suas
305 informações sejam consideradas na cobrança pelo uso da água. Ela menciona que, no futuro, a integração dos sistemas
306 será feita, mas, até lá, é crucial que as declarações sejam realizadas. Viviane e Adson concordam em divulgar as
307 informações sobre monitoramento e declarações para os irrigantes. Altino Rodrigues agradece a Viviane Brandão pela
308 apresentação esclarecedora e por disponibilizar informações importantes para uma melhor gestão dos recursos hídricos.
309 Ela se despede, afirmando que está à disposição e agradecendo novamente pelo espaço que lhe foi dado. **Item 5. Oficina**
310 **da CCR Alto sobre Produção de Água – PSA.** Com a palavra, Altino Rodrigues compartilha detalhes sobre o seminário PSA,
311 especialmente para aqueles que não puderam participar. Ele explica que o Alto São Francisco foi o primeiro a realizar o
312 seminário, impulsionando outras regiões a seguirem o exemplo. Explica que, a partir dessa iniciativa, um grupo de
313 trabalho (GP) foi criado em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA) e o órgão gestor local, visando capacitar
314 pessoas para implementar o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Menciona que o seminário teve um conteúdo rico
315 e que muitos participantes saíram motivados e prontos para aplicar o PSA em seus territórios. No entanto, ele reconhece
316 que ainda há um caminho a percorrer para consolidar o processo, que está sendo desenvolvido em conjunto com a ANA.
317 Os coordenadores das outras regiões, Edinaldo Campos e Cláudio Ademar, se mostraram empolgados com a proposta e
318 já estão avançando em seus próprios territórios. Altino Rodrigues informa que a última reunião da diretoria estabeleceu
319 um compromisso para institucionalizar o programa de Produtor de Água para a Bacia do São Francisco, com previsão de
320 recursos para 2025. A estruturação desse programa será discutida em uma reunião futura. Francisco de Assis compartilha
321 sua experiência em Ouro Preto, onde participou da terceira oficina de planejamento territorial do Programa Conservador
322 das Gerais. Ele expressa interesse em integrar as ações do Conservador das Gerais com o programa de Produtor de Água,
323 sugerindo que essa pauta seja discutida em uma das reuniões da CCR. Ele menciona que a colaboração entre diferentes
324 projetos é essencial para a produção de água na região. O coordenador concorda e garante que um espaço será criado

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO SF



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCR ALTO SF
VIDEOCONFERÊNCIA
11 DE SETEMBRO DE 2024

325 para discutir essas experiências exitosas, enfatizando a importância de compartilhar conhecimento entre os participantes.
326 A proposta será formalizada e discutida em reuniões futuras, com foco em recursos e estruturação. Francisco de Assis
327 propõe que as experiências do Programa Conservador das Gerais sejam apresentadas em uma reunião da CCR para
328 fomentar parcerias e ações conjuntas. Dirceu Costa ressalta que as ações de conservação do solo são fundamentais e que
329 o pagamento aos produtores é um reconhecimento importante, facilitando o trabalho em conjunto. Ronald Guerra
330 também compartilha suas reflexões após participar de diversos eventos e iniciativas relacionadas à gestão dos recursos
331 hídricos, destacando a importância de uma abordagem territorial e colaborativa. Ele também enfatiza a relevância do Alto
332 Velhas para a produção de água, especialmente para a região metropolitana. Destaca que os municípios desempenham
333 um papel crucial na criação do arcabouço legal para o pagamento por serviços ambientais e na ordenação do uso do solo.
334 Salienta a necessidade de uma visão territorial integrada para que as ações sejam sustentáveis, considerando as mudanças
335 políticas e administrativas que podem impactar a continuidade dos programas. Ronald Guerra sugere que a divulgação
336 das decisões e processos do Grupo de Trabalho (GT) seja feita de forma transparente, para que todos possam acompanhar
337 e entender as iniciativas. Conclui reafirmando a necessidade de um esforço conjunto e participativo na gestão dos
338 recursos hídricos, ressaltando que a construção de políticas eficazes depende da colaboração entre diferentes municípios
339 e da promoção de uma gestão descentralizada e territorialmente focada. A proposta de um plano de comunicação será
340 considerada para garantir maior transparência nas ações e decisões do GT e da CCR. Será discutida a possibilidade de
341 estabelecer grupos de trabalho mais localizados para facilitar a participação e a tomada de decisão em cada bacia
342 hidrográfica. Altino explica que está em andamento a elaboração de um plano de trabalho no nível macro, que abrirá
343 espaço para que todos os comitês possam participar na definição de ações prioritárias em seus territórios. Enfatiza que
344 nenhuma decisão foi tomada ainda e que as propostas e discussões devem partir dos próprios comitês, que serão as
345 "portas de entrada" no processo. **Item 6. Assuntos Gerais.** Altino Rodrigues afirma que o plano de educação ambiental
346 foi aprovado no final do ano anterior e que uma reunião recente, liderada por Ohany Vasconcelos, foi realizada para
347 elaborar um plano de ação para sua implementação na bacia do Alto São Francisco. Essa ação está vinculada ao programa
348 "Viro Carranca". A proposta inicial era realizar o "Viro Carranca" em Paracatu, mas devido à renúncia da prefeitura em
349 participar e à falta de apoio do poder público, isso se tornou inviável. A solução proposta foi levar o evento para Brasília,
350 aproveitando a visibilidade nacional e o apoio de instituições como a ADASA e a Agência Nacional de Águas. O novo evento
351 em Brasília pretende sensibilizar os atores políticos que têm o poder de decisão e recursos para implementar políticas
352 públicas que beneficiem a bacia do São Francisco. O foco será em fortalecer a articulação com a frente parlamentar de
353 bacias hidrográficas e a frente parlamentar em defesa do Velho Chico, para garantir a efetividade das propostas de
354 revitalização e saneamento. O coordenador expressa a intenção de envolver o governador de Brasília para garantir que o
355 evento tenha um impacto significativo e repercussão nacional, ressaltando a diversidade das bandeiras levantadas pelo
356 São Francisco e a importância de discutir a gestão dos recursos hídricos em um fórum de grande visibilidade. Sem mais
357 assuntos a tratar, agradece a presença de todos os presentes e finaliza a reunião.

358

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO SF

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCR ALTO SF
VIDEOCONFERÊNCIA
11 DE SETEMBRO DE 2024



359

QUADRO RESUMO DOS ENCAMINHAMENTOS

ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1.		

360

361

362



363

364

365

366

367

Altino Rodrigues
Coordenador CCR Alto São Francisco